

Apresentação

Com o lançamento deste novo volume da Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa, reafirmamos o nosso compromisso com o aprofundamento do debate sobre a centralidade da vítima nos processos de justiça. O Estatuto da Vítima (PL n. 3.890-2020), cuja tramitação no Senado Federal avança com a recente designação do Senador Weverton Rocha como relator, representa um marco promissor para a redefinição da abordagem estatal e social em relação àqueles que sofrem as consequências da violência. Nossos artigos, que se abrem para reflexões ousadas sobre a justiça interespecífica, a essência transformadora da justiça restaurativa e a necessidade de uma perspectiva vitimocêntrica inclusiva, dialogam diretamente com essa esperança de um ordenamento jurídico mais humanizado e atento às necessidades humanas.

Contudo, a urgência da aprovação e implementação efetiva deste Estatuto torna-se ainda mais premente e inegável quando confrontamos as aspirações de uma justiça restauradora com os dados da realidade brasileira. Os **Recentes Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025** escancaram um cenário de vitimização persistente e, em certas dimensões, alarmante, que exige respostas públicas robustas e coordenadas.

O Anuário de 2025 revela, por exemplo, que a violência letal contra as mulheres atinge patamares históricos, com 1.492 vítimas de feminicídio registradas em 2024 — o maior número desde a criação da Lei em 2015. As tentativas de feminicídio também cresceram 19% em relação ao ano anterior, totalizando 3.870 casos. Mais chocante ainda é a constatação de que 121 mulheres foram mortas em 2023 e 2024 apesar de possuírem Medidas Protetivas de Urgência (MPU) ativas, e os registros de descumprimento de MPU somaram mais de 100 mil em 2024, um aumento de 10,8%. Esses números evidenciam a insuficiência das políticas reativas e a necessidade de mecanismos que garantam a efetiva proteção da vida.

A vitimização de crianças e adolescentes também é um ponto de alerta máximo. Enquanto as Mortes Violentas Intencionais (MVI) totais do país registraram queda, as MVI de adolescentes (12-17 anos) aumen-

taram 4,2% em 2024. As mortes decorrentes de intervenção policial (MDIP) representaram 19,2% das MVI de adolescentes, um percentual crescente. As violências sexuais, por sua vez, atingiram o maior número da história, com 87.545 vítimas de estupro e estupro de vulnerável em 2024 — destas, 76,8% foram estupro de vulnerável, e 61,3% das vítimas totais tinham entre 0 e 13 anos. Maus-tratos (+8,1%) e lesão corporal em contexto de violência doméstica (+7,8%) contra crianças e adolescentes também registraram alta. Estes dados sublinham a vulnerabilidade extrema de grupos que deveriam ser prioritariamente protegidos.

Ademais, a crescente preocupação com as “Mortes a Esclarecer” (com aumento de 4,9% nas pessoas desaparecidas, totalizando 81.873 registros em 2024), e a problematização de que esta categoria pode, em alguns casos, mascarar execuções, apontam para a necessidade de maior transparência e rigor na investigação de todas as formas de violência.

Diante deste panorama, o Estatuto da Vítima (PL n. 3.890-2020) não é apenas uma reforma legal, mas uma resposta vital para que o Estado brasileiro possa, de fato, honrar seu compromisso com a proteção e a dignidade humana. Sua aprovação é urgente para:

- A. Aprovar políticas públicas preventivas à vitimização:** Os dados do Anuário demonstram que as atuais estratégias não são suficientes para deter a escalada da violência em diversas frentes. O Estatuto pode impulsionar a criação de programas que ataquem as raízes da vitimização, protegendo grupos vulneráveis antes que a violência se consuma.
- B. Garantir políticas de apoio e de desvitimização:** A revitimização institucional, como abordado em nossos artigos, é uma realidade dolorosa para muitas vítimas que buscam o sistema de justiça. O Estatuto pode assegurar a criação de redes de apoio abrangentes e multidisciplinares, que promovam o acolhimento, a reparação e a não-reiteração da vitimização no próprio processo de busca por justiça.
- C. Institucionalizar a justiça restaurativa:** Ao reconhecer formalmente a justiça restaurativa como uma ferramenta complementar à justiça tradicional, o Estatuto pavimenta o caminho para que abordagens mais humanizadas, que priorizem o diálogo, a reparação e a reconstrução de laços sociais, sejam amplamente aplicadas. Nossos artigos demonstram o potencial transformador da JR, que pode oferecer respostas

mais eficazes e significativas para as vítimas e a comunidade.

É tempo de transformar a retórica em ação. A aprovação do Estatuto da Vítima é um imperativo ético e social, capaz de catalisar a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e, verdadeiramente, restauradora.

Celeste Leite dos Santos
Claudio José Langroiva Pereira

Coordenadores Científicos

Presentation

With the launch of this new volume of the International Journal of Victimology and Restorative Justice, we reaffirm our commitment to deepening the debate on the centrality of victims in justice processes. The Victim's Statute (PL n. 3.890-2020), whose progress in the Federal Senate is advancing with the recent appointment of Senator Weverton Rocha as rapporteur, represents a promising milestone for redefining the state and social approach to those who suffer the consequences of violence. Our articles, which venture into bold reflections on interspecies justice, the transformative essence of restorative justice, and the need for an inclusive victim-centered perspective, directly align with this hope for a more humanized legal order that is attentive to human needs.

However, the urgency of this Statute's approval and effective implementation becomes even more pressing and undeniable when we confront the aspirations of restorative justice with the reality of Brazilian data. The **Recent Data from the 2025 Brazilian Public Security Yearbook** starkly reveals a persistent and, in certain dimensions, alarming scenario of victimization that demands robust and coordinated public responses.

The 2025 Yearbook reveals, for example, that lethal violence against women has reached historic levels, with 1,492 femicide victims registered in 2024 — the highest number since the Law's creation in 2015. Attempted feminicides also increased by 19% compared to the previous year, totaling 3,870 cases. Even more shocking is the finding that 121 women were killed in 2023 and 2024 despite having active Protective Urgency Measures (MPU), and recorded MPU non-compliance totaled over 100,000 in 2024, an increase of 10.8%. These figures highlight the insufficiency of reactive policies and the need for mechanisms that ensure effective life protection.

The victimization of children and adolescents is also a matter of utmost concern. While the country's total Intentional Violent Deaths (MVI) decreased, MVI among adolescents (12-17 years old) increased by 4.2% in 2024. Deaths resulting from police intervention (MDIP) accounted for 19.2% of adolescent MVIs, a growing percentage. Sexual violence, in turn, reached the highest number in history, with 87,545 victims of rape and vulnerable rape in 2024 — of these, 76.8% were vulnerable rape, and 61.3% of total victims were between 0 and 13 years old. Child mistreatment (+8.1%) and bodily harm in the context of domestic violence (+7.8%) against children and adolescents also saw an increase. These data underscore the extreme vulnerability of groups that should be given priority protection.

Furthermore, the growing concern with “Deaths to Be Clarified” (with a 4.9% increase in missing persons, totaling 81,873 registrations in 2024), and the problematization that this category can, in some cases, mask executions, point to the need for greater transparency and rigor in the investigation of all forms of violence.

Given this panorama, the Victim’s Statute (PL n. 3.890-2020) is not merely a legal reform, but a vital response for the Brazilian State to truly honor its commitment to human protection and dignity. Its approval is urgent to:

- A.** Approve public policies preventive of victimization: The Yearbook data demonstrate that current strategies are insufficient to halt the escalation of violence on various fronts. The Statute can drive the creation of programs that address the roots of victimization, protecting vulnerable groups before violence occurs.
- B. Ensure support and devictimization policies:** Institutional revictimization, as discussed in our articles, is a painful reality for many victims seeking justice. The Statute can ensure the creation of comprehensive and multidisciplinary support networks that promote reception, reparation, and the non-repetition of victimization within the very process of seeking justice.
- C. Institutionalize restorative justice:** By formally recognizing restorative justice as a complementary tool to traditional justice, the Statute paves the way for widely applying more humanized approaches that prioritize dialogue, reparation, and the reconstruction of social bonds. Our articles demonstrate the transformative potential of RJ, which can offer more effective and meaningful responses for victims and the community.

It is time to translate rhetoric into action. The approval of the Victim’s Statute is an ethical and social imperative, capable of catalyzing the construction of a more just, equitable, and truly restorative society.

Celeste Leite dos Santos

Claudio José Langroiva Pereira

Scientific Coordinators of the Journal

Presentación

Con el lanzamiento de este nuevo volumen de la Revista Internacional de Victimología y Justicia Restaurativa, reafirmamos nuestro compromiso con la profundización del debate sobre la centralidad de la víctima en los procesos de justicia. El Estatuto de la Víctima (PL n.º 3.890-2020), cuya tramitación en el Senado Federal avanza con la reciente designación del Senador Weverton Rocha como relator, representa un hito prometedor para la redefinición del enfoque estatal y social en relación con quienes sufren las consecuencias de la violencia. Nuestros artículos, que se abren a reflexiones audaces sobre la justicia interespecífica, la esencia transformadora de la justicia restaurativa y la necesidad de una perspectiva victimocéntrica inclusiva, dialogan directamente con esta esperanza de un ordenamiento jurídico más humanizado y atento a las necesidades humanas.

Sin embargo, la urgencia de la aprobación e implementación efectiva de este Estatuto se vuelve aún más apremiante e innegable al confrontar las aspiraciones de una justicia restauradora con los datos de la realidad brasileña. Los **Datos Recientes del Anuario Brasileño de Seguridad Pública de 2025** exponen un escenario de victimización persistente y, en ciertas dimensiones, alarmante, que exige respuestas públicas robustas y coordinadas.

El Anuario de 2025 revela, por ejemplo, que la violencia letal contra las mujeres alcanza niveles históricos, con 1.492 víctimas de feminicidio registradas en 2024 — el número más alto desde la creación de la Ley en 2015. Los intentos de feminicidio también crecieron un 19% en relación con el año anterior, totalizando 3.870 casos. Aún más impactante es la constatación de que 121 mujeres fueron asesinadas en 2023 y 2024 a pesar de contar con Medidas Protectoras de Urgencia (MPU) activas, y los registros de incumplimiento de MPU sumaron más de 100 mil en 2024, un aumento del 10,8%. Estas cifras evidencian la insuficiencia de las políticas reactivas y la necesidad de mecanismos que garanticen la protección efectiva de la vida.

La victimización de niños, niñas y adolescentes es también un punto de máxima alerta. Mientras que las Muertes Violentas Intencionales (MVI) totales del país registraron una disminución, las MVI de adolescentes (12-17 años) aumentaron un 4,2% en 2024. Las muertes resultantes de intervención policial (MDIP) representaron el 19,2% de las MVI de adolescentes, un porcentaje creciente. Las violencias sexuales, a su vez, alcanzaron el mayor número en la historia, con 87.545 víctimas de violación y violación de vulnerable en 2024 — de estas, el 76,8% fueron violaciones de vulnerable, y el 61,3% del total de víctimas tenían entre 0 y 13 años. Los malos tratos (+8,1%) y las le-

siones corporales en el contexto de violencia doméstica (+7,8%) contra niños, niñas y adolescentes también registraron un aumento. Estos datos subrayan la extrema vulnerabilidad de grupos que deberían ser protegidos prioritariamente.

Además, la creciente preocupación por las “Muertes a Esclarecer” (con un aumento del 4,9% en las personas desaparecidas, totalizando 81.873 registros en 2024), y la problematización de que esta categoría puede, en algunos casos, enmascarar ejecuciones, señalan la necesidad de una mayor transparencia y rigor en la investigación de todas las formas de violencia.

Ante este panorama, el Estatuto de la Víctima (PL n.º 3.890-2020) no es solo una reforma legal, sino una respuesta vital para que el Estado brasileño pueda, de hecho, honrar su compromiso con la protección y la dignidad humana. Su aprobación es urgente para:

- A. Aprobar políticas públicas preventivas a la victimización:** Los datos del Anuario demuestran que las estrategias actuales no son suficientes para detener la escalada de la violencia en diversos frentes. El Estatuto puede impulsar la creación de programas que ataquen las raíces de la victimización, protegiendo a grupos vulnerables antes de que la violencia se consuma.
- B. Garantizar políticas de apoyo y desvictimización:** La revictimización institucional, como se aborda en nuestros artículos, es una dolorosa realidad para muchas víctimas que buscan el sistema de justicia. El Estatuto puede asegurar la creación de redes de apoyo amplias y multidisciplinarias, que promuevan la acogida, la reparación y la no reiteración de la victimización en el propio proceso de búsqueda de justicia.
- C. Institucionalizar la justicia restaurativa:** Al reconocer formalmente la justicia restaurativa como una herramienta complementaria a la justicia tradicional, el Estatuto allana el camino para que enfoques más humanizados, que prioricen el diálogo, la reparación y la reconstrucción de lazos sociales, sean ampliamente aplicados. Nuestros artículos demuestran el potencial transformador de la JR, que puede ofrecer respuestas más eficaces y significativas para las víctimas y la comunidad.

Es hora de transformar la retórica en acción. La aprobación del Estatuto de la Víctima es un imperativo ético y social, capaz de catalizar la construcción de una sociedad más justa, equitativa y, verdaderamente, restauradora.

Celeste Leite dos Santos
Claudio José Langroiva Pereira
Coordinadores Científicos

Présentation

Avec le lancement de ce nouveau volume de la Revue Internationale de Victimologie et de Justice Restauratrice, nous réaffirmons notre engagement à approfondir le débat sur la centralité de la victime dans les processus de justice. Le Statut de la Victime (PL n° 3.890-2020), dont l'avancement au Sénat Fédéral progresse avec la récente désignation du Sénateur Weverton Rocha comme rapporteur, représente une étape prometteuse pour la redéfinition de l'approche étatique et sociale envers ceux qui subissent les conséquences de la violence. Nos articles, qui s'ouvrent à des réflexions audacieuses sur la justice interespèces, l'essence transformative de la justice restauratrice et la nécessité d'une perspective victimocentrique inclusive, dialoguent directement avec cet espoir d'un ordre juridique plus humanisé et attentif aux besoins humains.

Cependant, l'urgence de l'approbation et de la mise en œuvre effective de ce Statut devient encore plus pressante et indéniable lorsque nous confrontons les aspirations d'une justice restauratrice aux données de la réalité brésilienne. Les **Données Récentes de l'Annuaire Brésilien de la Sécurité Publique de 2025** révèlent un scénario de victimisation persistante et, dans certaines dimensions, alarmant, qui exige des réponses publiques robustes et coordonnées.

L'Annuaire de 2025 révèle, par exemple, que la violence létale contre les femmes atteint des niveaux historiques, avec 1 492 victimes de féminicides enregistrées en 2024 — le chiffre le plus élevé depuis la création de la Loi en 2015. Les tentatives de féminicide ont également augmenté de 19 % par rapport à l'année précédente, totalisant 3 870 cas. Plus choquant encore est le constat que 121 femmes ont été tuées en 2023 et 2024 malgré des Mesures de Protection d'Urgence (MPU) actives, et les enregistrements de non-conformité aux MPU ont totalisé plus de 100 000 en 2024, soit une augmentation de 10,8 %. Ces chiffres mettent en évidence l'insuffisance des politiques réactives et la nécessité de mécanismes garantissant une protection efficace de la vie.

La victimisation des enfants et des adolescents est également un point d'alerte maximal. Alors que le nombre total de Décès Violents Intentionnels (MVI) dans le pays a diminué, les MVI chez les adolescents (12-17 ans) ont augmenté de 4,2 % en 2024. Les décès résultant d'une intervention policière (MDIP) ont représenté 19,2 % des MVI chez les adolescents, un pourcentage en augmentation. Les violences sexuelles, quant à elles, ont atteint le chiffre le plus élevé de l'histoire, avec 87 545 victimes de viol et de viol sur personne vulnérable en 2024 — parmi celles-ci, 76,8 % étaient des viols sur personne

vulnérable, et 61,3 % des victimes totales avaient entre 0 et 13 ans. Les mauvais traitements (+8,1 %) et les lésions corporelles dans le contexte de violence domestique (+7,8 %) contre les enfants et les adolescents ont également augmenté. Ces données soulignent l'extrême vulnérabilité de groupes qui devraient être protégés en priorité.

De plus, la préoccupation croissante concernant les “Décès à Clarifier” (avec une augmentation de 4,9 % des personnes disparues, totalisant 81 873 enregistrements en 2024), et la problématisation du fait que cette catégorie peut, dans certains cas, masquer des exécutions, soulignent la nécessité d'une plus grande transparence et d'une rigueur accrue dans l'enquête sur toutes les formes de violence.

Face à ce panorama, le Statut de la Victime (PL n° 3.890-2020) n'est pas seulement une réforme juridique, mais une réponse vitale pour que l'État brésilien puisse, de fait, honorer son engagement envers la protection et la dignité humaine. Son approbation est urgente pour :

- A. Approuver des politiques publiques de prévention de la victimisation :** Les données de l'Annuaire démontrent que les stratégies actuelles ne suffisent pas à enrayer l'escalade de la violence sur divers fronts. Le Statut peut stimuler la création de programmes qui s'attaquent aux racines de la victimisation, protégeant les groupes vulnérables avant que la violence ne se consume.
- B. Garantir des politiques de soutien et de dévictimisation :** La revictimisation institutionnelle, comme abordé dans nos articles, est une réalité douloureuse pour de nombreuses victimes qui cherchent le système judiciaire. Le Statut peut assurer la création de réseaux de soutien complets et multidisciplinaires, qui favorisent l'accueil, la réparation et la non-réitération de la victimisation dans le processus même de recherche de justice.
- C. Institutionnaliser la justice restaurative :** En reconnaissant formellement la justice restaurative comme un outil complémentaire à la justice traditionnelle, le Statut ouvre la voie à une application généralisée d'approches plus humanisées, qui privilégient le dialogue, la réparation et la reconstruction des liens sociaux. Nos articles démontrent le potentiel transformateur de la JR, qui peut offrir des réponses plus efficaces et significatives pour les victimes et la communauté.

Il est temps de transformer la rhétorique en action. L'approbation du Statut de la Victime est un impératif éthique et social, capable de catalyser la construction d'une société plus juste, équitable et, véritablement, réparatrice.

Celeste Leite dos Santos
Claudio José Langroiva Pereira
Coordinateurs Scientifiques

Presentazione

Con il lancio di questo nuovo volume della Rivista Internazionale di Vittimologia e Giustizia Riparativa, riaffermiamo il nostro impegno ad approfondire il dibattito sulla centralità della vittima nei processi di giustizia. Lo Statuto della Vittima (PL n. 3.890-2020), il cui iter in Senato Federale sta avanzando con la recente nomina del Senatore Weverton Rocha a relatore, rappresenta una pietra miliare promettente per ridefinire l'approccio statale e sociale nei confronti di coloro che subiscono le conseguenze della violenza. I nostri articoli, che si aprono a riflessioni audaci sulla giustizia interspecie, sull'essenza trasformativa della giustizia riparativa e sulla necessità di una prospettiva vittimocentrica inclusiva, dialogano direttamente con questa speranza di un ordinamento giuridico più umanizzato e attento ai bisogni umani.

Tuttavia, l'urgenza dell'approvazione e dell'effettiva attuazione di questo Statuto diventa ancora più pressante e innegabile quando confrontiamo le aspirazioni di una giustizia riparativa con i dati della realtà brasiliana. I **Dati Recenti dell'Annuario Brasiliano di Sicurezza Pubblica del 2025** rivelano in modo schiacciante uno scenario di vittimizzazione persistente e, in alcune dimensioni, allarmante, che richiede risposte pubbliche robuste e coordinate.

L'Annuario del 2025 rivela, ad esempio, che la violenza letale contro le donne raggiunge livelli storici, con 1.492 vittime di femminicidio registrate nel 2024 — il numero più alto dalla creazione della Legge nel 2015. I tentativi di femminicidio sono anche aumentati del 19% rispetto all'anno precedente, per un totale di 3.870 casi. Ancora più scioccante è la constatazione che 121 donne sono state uccise nel 2023 e nel 2024 nonostante avessero Misure Protettive d'Urgenza (MPU) attive, e le registrazioni di inosservanza delle MPU hanno superato le 100 mila nel 2024, con un aumento del 10,8%. Questi dati evidenziano l'insufficienza delle politiche reattive e la necessità di meccanismi che garantiscano l'effettiva protezione della vita.

Anche la vittimizzazione di bambini e adolescenti è un punto di massima allerta. Mentre le Morte Violente Intenzionali (MVI) totali del paese hanno registrato un calo, le MVI degli adolescenti (12-17 anni) sono aumentate del 4,2% nel 2024. Le morti derivanti da intervento di polizia (MDIP) hanno rappresentato il 19,2% delle MVI degli adolescenti, una percentuale in crescita. Le violenze sessuali, a loro volta, hanno raggiunto il numero più alto della storia, con 87.545 vittime di stupro e stupro di vulnerabile nel 2024 — di queste, il 76,8% erano stupri di vulnerabile, e il 61,3% del totale delle vittime aveva tra 0 e 13 anni. Maltrattamenti (+8,1%) e lesioni corporali in contesto di violenza domestica (+7,8%) contro bambini e adolescenti hanno anch'es-

si registrato un aumento. Questi dati sottolineano l'estrema vulnerabilità di gruppi che dovrebbero essere protetti prioritariamente.

Inoltre, la crescente preoccupazione per le “Morti da Chiarire” (con un aumento del 4,9% delle persone scomparse, per un totale di 81.873 registrazioni nel 2024), e la problematizzazione che questa categoria possa, in alcuni casi, mascherare esecuzioni, indicano la necessità di una maggiore trasparenza e rigore nell'indagine di tutte le forme di violenza.

Di fronte a questo panorama, lo Statuto della Vittima (PL n. 3.890-2020) non è solo una riforma legale, ma una risposta vitale affinché lo Stato brasiliano possa, di fatto, onorare il suo impegno per la protezione e la dignità umana. La sua approvazione è urgente per:

- A.** Approvare politiche pubbliche preventive alla vittimizzazione: I dati dell'Annuario dimostrano che le attuali strategie non sono sufficienti a frenare l'escalation della violenza su vari fronti. Lo Statuto può promuovere la creazione di programmi che affrontino le radici della vittimizzazione, proteggendo i gruppi vulnerabili prima che la violenza si consumi.
- B. Garantire politiche di supporto e di devittimizzazione:** La rivittimizzazione istituzionale, come affrontato nei nostri articoli, è una realtà dolorosa per molte vittime che cercano il sistema giudiziario. Lo Statuto può assicurare la creazione di reti di supporto complete e multidisciplinari, che promuovano l'accoglienza, la riparazione e la non-reiterazione della vittimizzazione nel processo stesso di ricerca della giustizia.
- C. Istituzionalizzare la giustizia riparativa:** Riconoscendo formalmente la giustizia riparativa come uno strumento complementare alla giustizia tradizionale, lo Statuto apre la strada affinché approcci più umanizzati, che privilegino il dialogo, la riparazione e la ricostruzione dei legami sociali, siano ampiamente applicati. I nostri articoli dimostrano il potenziale trasformativo della JR, che può offrire risposte più efficaci e significative per le vittime e la comunità.

È tempo di tradurre la retorica in azione. L'approvazione dello Statuto della Vittima è un imperativo etico e sociale, capace di catalizzare la costruzione di una società più giusta, equa e, veramente, riparatrice.

Celeste Leite dos Santos
Claudio José Langroiva Pereira
Coordinatori Scientifici della Rivista